

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

251 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 6 a 10 de outubro de 2025

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Moções de censura contra a Comissão Europeia	1
Gaza	3
Parlamento exige resposta unida às violações russas e ameaças de guerra híbrida	4
Relatório Draghi - consequências institucionais	4
Soberania digital	4
Outros debates e resoluções	5
2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM	5
4. COMISSÃO EUROPEIA - NOVA ESTRATÉGIA DE IGUALDADE LGBTIQ+ 2026-2030	6
5. COMISSÃO EUROPEIA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EUROPA	6
6. ELEIÇÕES NA REPÚBLICA CHECA	6
7. PARLAMENTO EUROPEU - PRÉMIOS	7
Prémio Daphne Caruana Galizia para o jornalismo 2025	7
LUX Prémio do Público 2026	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Moções de censura contra a Comissão Europeia

O Parlamento Europeu (PE) **rejeitou duas moções de censura à Comissão Europeia**, que foram votadas em separado, esta quinta-feira (detalhe [aqui](#) e resultado da votação nominal [aqui](#)).

A primeira proposta, [apresentada pelo Grupo Patriotas pela Europa](#) (PfE), foi **rejeitada por 179 votos a favor, 378 votos contra e 37 abstenções**. A segunda proposta, [apresentada pelo Grupo da Esquerda](#), foi rejeitada por 133 votos a favor, 383 votos contra e 78 abstenções. Nenhuma das moções obteve a maioria de dois terços necessária para a sua aprovação, nos termos do [Regimento do Parlamento](#).

Recorde-se que, em julho, o PE rejeitara uma primeira **moção de censura** (disponível [aqui](#)) **contra a Comissão Europeia, com 175 votos a favor, 360 contra e 18 abstenções** (votação nominal disponível [aqui](#)), apresentada por Gheorghe Piperea, do grupo ECR (Conservadores e Reformistas Europeus).

Segue-se o detalhe das votações por grupo político, relativas a estas moções:

1. Moção de censura à Comissão B10-0400/2025 (Patriotas pela Europa – PfE) (cfr. [site do PE](#))

Grupo Político	A favor	Contra	Abstenções	Sem voto
PPE	4	161	3	20
S&D	1	94	5	36
PfE	78	0	0	6
ECR	38	5	25	11
Renew	4	55	1	15
Verdes/ALE	0	45	0	8
A Esquerda	7	15	2	22
ESN	22	3	1	4
NA	25	0	0	2
Total	179	378	37	124

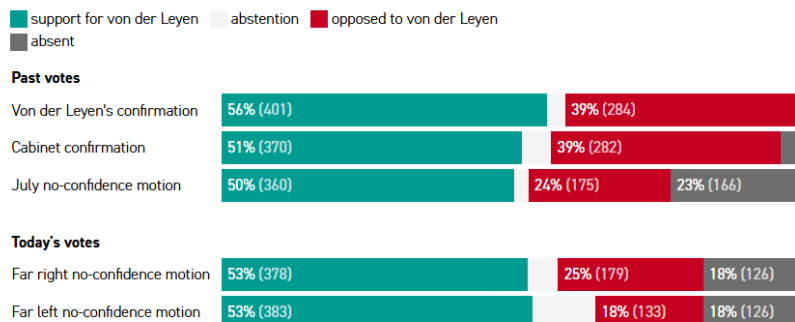
2. Moção de censura à Comissão B10-0402/2025 (A Esquerda) (cfr. [site do PE](#))

Grupo Político	A favor	Contra	Abstenções	Sem voto
PPE	0	168	0	20
S&D	2	90	6	38
PfE	7	2	56	19
ECR	22	34	11	12
Renew	4	55	1	15
Verdes/ALE	13	31	2	7
A Esquerda	39	0	0	7
ESN	23	0	0	4
NA	23	3	2	2
Total	133	383	78	124

O *Politico* disponibilizou um comparativo das votações das diversas moções ([aqui](#) e abaixo), autores identificados:

Von der Leyen's performance in Parliament votes

Results of European Parliament votes for the confirmation of Ursula von der Leyen as Commission president in July 2024, the confirmation of her cabinet in November and the no-confidence votes in July 2025 and October 2025.



Source: European Parliament, POLITICO research
Hanne Cokelaere/POLITICO

A votação foi precedida de um **debate em sessão plenária** com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, teve lugar na segunda-feira, 6 de outubro (debate disponível [aqui](#)).

No seu discurso ([aqui](#)), a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reiterou o seu compromisso com a unidade europeia, afirmando que esta não significa “*estar de acordo em todos os detalhes*”, mas sim “*concentrar-se no que realmente importa: entregar resultados aos europeus*”. Defendeu que o objetivo comum deve ser o de “*reforçar a segurança, proteger a democracia, apoiar a indústria e fortalecer o modelo social europeu*”. Denunciou as tentativas de desinformação e manipulação vindas do exterior, nomeadamente da Rússia, mencionando o discurso de Vladimir Putin no [Clube de Valdai](#), em que este se gabou das “*fissuras no edifício europeu*” e da “*unidade abalada*” da União. “*Este é o truque mais antigo do livro: semear divisão, espalhar desinformação, criar um bode expiatório. Não podemos cair nessa armadilha*”, advertiu.

Concluiu apelando a que o Parlamento e a Comissão enviem “*a mensagem mais forte possível de unidade*”, comprometendo-se a trabalhar em conjunto “*na prontidão da defesa, no escudo democrático, na competitividade e na criação de empregos de qualidade*”. Reconheceu que alguns Deputados ainda tinham dúvidas sobre o voto nas moções de censura, mas afirmou compreender as suas preocupações legítimas com Gaza, a Ucrânia, o comércio ou os Estados Unidos. Comprometeu-se a “*encontrar respostas em conjunto*” para os desafios económicos, climáticos e sociais da União, insistindo que, neste momento perigoso da história, “*a mensagem deve ser de unidade – que a Europa permanece unida e que entrega resultados em conjunto*”.

No debate, ficou patente que as duas moções de censura apresentadas tiveram fundamentos distintos. Os *Patriotas pela Europa* criticaram os acordos comerciais assinados pela Comissão, acusando Ursula von der Leyen de ter “*cedido demasiado aos concorrentes internacionais*” e de prejudicar “*as nossas fazendas, as nossas fábricas e, naturalmente, os nossos empregos*”. O seu líder, Jordan Bardella, descreveu a moção como “*um momento de verdade*”, denunciando “*uma fuga financeira, migratória e industrial*”.

Por seu lado, o grupo *A Esquerda* acusou a Presidente da Comissão de “*inação e falta de coragem*” perante a crise em Gaza, perguntando “*como podem os poderosos deste mundo ficar parados a ver um povo inteiro ser destruído*”. Criticou igualmente os acordos comerciais com os Estados Unidos e o Mercosul.

Durante o debate, a maioria que aprovou a investidura da Comissão Europeia — *PPE, S&D, Renew Europe e Verdes/ALE* — manteve-se unida no apoio à Presidente da Comissão. **Manfred Weber (PPE)** considerou as

moções “ridículas”, meros “instrumentos de propaganda” de Manon Aubry e Jordan Bardella, ironizando que ambos os grupos eram “unidos apenas no amor pela destruição”. **Iratxe García Pérez (S&D)** declarou que as moções estavam “condenadas ao fracasso” e advertiu que, com Putin a intensificar a guerra contra a Ucrânia e Trump a lançar uma guerra comercial à Europa, “a União não pode permitir-se uma crise institucional”. **Véronique Hayer (Renew Europe)** descreveu A Esquerda e os Patriotas pela Europa como “engenheiros do caos” e criticou a “hipocrisia” de Bardella e Aubry, lembrando que a esquerda radical não apoiara a resolução do Parlamento sobre Gaza. **Terry Reintke (Verdes/ALE)** defendeu que não se devia provocar uma crise institucional, afirmando que a mudança de rumo político devia ser feita “com os instrumentos certos”.

Finalmente, o presidente dos Conservadores e Reformistas Europeus (**ECR**), **Nicola Procaccini**, deixou liberdade de voto às delegações e reconheceu alguns pontos das críticas dos Patriotas, sobretudo quanto à transparência da Comissão.

Apesar da rejeição anunciada das moções, o debate expôs algumas divisões. Reintke afirmou que “o PPE não sabe para onde olhar”, enquanto Hayer considerou que a maioria “continua a funcionar mal” e apelou a uma cooperação mais estreita com o Parlamento. García Pérez recordou que o apoio socialista à Comissão “não é incondicional” e dependerá do programa de trabalho para 2026, sublinhando que a Comissão “não pode apoiar-se em forças que negam o clima, a igualdade de género ou o direito ao aborto”.

Gaza

O debate, realizado dois anos após os ataques terroristas do Hamas contra Israel, decorreu no contexto da apresentação do novo plano de paz norte-americano para Gaza (gravação disponível [aqui](#)). Tanto o Conselho como a Comissão acolheram positivamente esta iniciativa, considerando-a uma oportunidade para a libertação dos reféns e o fim do sofrimento dos civis, reafirmando o compromisso europeu com a solução dos dois Estados.

Em nome do **Conselho**, a Ministra Marie Bjerre recordou as vítimas dos ataques do Hamas, defendeu um cessar-fogo imediato, a libertação incondicional dos reféns e o acesso humanitário a Gaza, sublinhando o papel da UE como maior doador humanitário e principal apoio à Autoridade Palestiniana. Saudou o plano de paz dos EUA e apelou a que todas as partes aproveitassem o momento político para reabrir um caminho credível para a paz.

Em nome da **Comissão**, a Comissária Dubravka Šuica reiterou o estatuto da UE como principal doador humanitário (com um total de cerca de 220 milhões de euros em 2025) e confirmou o apoio europeu aos princípios fundamentais do plano norte-americano — sem Hamas, sem deslocação de palestinianos, sem anexação, sem ameaças a vizinhos e sem operações militares contínuas. Sublinhou ainda que o reconhecimento do Estado palestiniano é condição essencial para uma paz duradoura, anunciando um novo programa de 1,6 mil milhões de euros (2025-2027) para apoiar reformas e reconstrução.

No debate, Hildegard Bentele (PPE) afirmou que “uma verdadeira oportunidade diplomática está em cima da mesa”, apoiada por António Tãnger Corrêa (Patriotas pela Europa), que saudou “um avanço extremamente positivo”, e por Bert-Jan Ruissen (ECR), que considerou que o plano reunia “todos os ingredientes necessários para alcançar uma paz duradoura”. Já Villy Søvndal (Verdes/ALE) defendeu que “a paz de Trump vale mais do que as bombas, mas deve garantir o direito dos palestinianos a permanecerem em Gaza”, e **Iratxe García Pérez (S&D)** advertiu que “sem a criação de um Estado palestiniano, não haverá paz possível”, acusando Benjamin Netanyahu de ser “o principal obstáculo à paz”. García Pérez apelou à suspensão do Acordo UE-Israel, a sanções e a um embargo de armas.

O tema da Flotilha Global Sumud também foi abordado, tendo sido sugerido um debate autónomo sobre o assunto.

Parlamento exige resposta unida às violações russas e ameaças de guerra híbrida

O PE Europeu aprovou uma **resolução que condena as “ações imprudentes e crescentes” da Rússia**, nomeadamente as violações do espaço aéreo da Polónia, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia, bem como as incursões de drones contra infraestruturas críticas na Dinamarca, Suécia e Noruega (detalhe [aqui](#)). Considerando estas ações como parte de “operações militares e híbridas sistemáticas” que representam uma “provocação contra a UE e os Estados-Membros”, os Deputados declararam que a Rússia é “plena e inequivocamente responsável” por estas violações. A resolução incentiva a adoção de “medidas coordenadas, unidas e proporcionadas”, incluindo o abate de ameaças aéreas, e elogia iniciativas como o muro anti-drones e o programa *Eastern Flank Watch*, apelando ainda a uma cobertura integral dos Estados-Membros mais expostos.

Os Deputados sublinharam que “a UE tem de demonstrar determinação e transmitir a mensagem de que qualquer tentativa de um país terceiro de violar a soberania dos Estados-Membros será imediatamente alvo de retaliação”. Exortaram o Conselho e a Comissão a reforçarem as sanções contra a Rússia e a alargarem-nas a países que colaboram com Moscovo, como a Bielorrússia, o Irão e a Coreia do Norte, propondo igualmente medidas punitivas contra entidades chinesas que fornecem bens de dupla utilização e material militar para drones e mísseis. Classificando o conjunto das ações russas como “terrorismo patrocinado pelo Estado”, o Parlamento apelou ao reforço da coordenação UE-NATO e à criação de uma verdadeira União Europeia da Defesa, baseada e além dos atuais instrumentos, como o Livro Branco sobre a Defesa Europeia e a preparação para 2030. O texto foi aprovado por 469 votos a favor, 97 contra e 38 abstenções.

Relatório Draghi - consequências institucionais

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do PE apresentou as suas propostas de reforma institucional para reforçar a competitividade, a governação e a eficácia da União Europeia, em resposta ao **Relatório Draghi** (detalhe [aqui](#)). Os Deputados defenderam que a União enfrenta “um desafio existencial” e necessita de “um esforço institucional sem precedentes” para garantir decisões mais rápidas e eficazes, preservando o equilíbrio democrático e o respeito pelos Tratados. O relatório propõe simplificar e recentrar a governação europeia, recomendando ao Conselho Europeu que considere alterações pontuais aos Tratados pelo procedimento simplificado antes do próximo orçamento de longo prazo.

Entre as medidas propostas, incluem-se o reforço da Bússola para a Competitividade e a criação de uma Ferramenta de Coordenação da Competitividade, o alargamento do voto por maioria qualificada, o direito pleno de iniciativa legislativa do Parlamento, a clarificação do artigo 122.º do TFUE, a preparação para o alargamento, a conclusão do Mercado Único e a criação de uma “quinta liberdade” dedicada à investigação e inovação. O relator Brando Benifei (S&D, IT) afirmou que “a UE precisa de melhorar o seu quadro institucional”, pois “está em causa não apenas a competitividade, mas a própria credibilidade do projeto europeu”. O relatório foi aprovado com 19 votos a favor e 9 contra e será votado em plenário em novembro.

Soberania digital

O PE debateu em Estrasburgo a soberania digital europeia e a aplicação dos regulamentos Digital Services Act (DSA) e Digital Markets Act (DMA), num contexto de divergência entre grupos políticos sobre a liberdade de expressão e a ingerência estrangeira. A Comissária Henna Virkkunen destacou os progressos alcançados, incluindo as sanções aplicadas à Apple e à Meta e as mais de quarenta investigações abertas ao abrigo do DSA, sublinhando a importância de aplicar de forma efetiva estas legislações. O debate, porém, foi marcado por tensões: Deputados dos grupos *Patriotas pela Europa* e *Conservadores e Reformistas* acusaram a União de “censura” nas redes sociais e de “restrição da liberdade de expressão”, referindo-se ao chamado *chat control* e ao “controlo dos cidadãos”. Outros grupos centraram as suas intervenções na autonomia estratégica europeia e na influência de empresas estrangeiras, pedindo à Comissão que reforce a aplicação das regras. Stéphanie

Yon-Courtin (Renew Europe) questionou: “*Quanto tempo continuaremos a ceder as nossas regras em troca de tarifas mais baixas?*”, apelando à Comissão para “*assumir e defender plenamente estas legislações*”. Axel Voss (PPE) considerou que “*não há cooperação dos Estados Unidos, apenas desprezo*”, defendendo “*consequências muito severas*” e até a possibilidade de “*suspender a troca de dados transatlântica*”.

Em paralelo, o PPE apresentou o seu manifesto para uma “Europa soberana, segura e competitiva no domínio digital” ([aqui](#)), no qual propõe que a *cloud*, a inteligência artificial e as infraestruturas estratégicas e de comunicação sejam tratados sob o prisma da autonomia estratégica e da resiliência, com uma abordagem integrada de financiamento e contratação pública.

Outros debates e resoluções

- [Relações com a América Latina e Caraíbas](#)
- Debates com o Primeiro-Ministro do [Luxemburgo](#) e da [Gronelândia](#)
- [Simplificação da PAC](#)

2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

Dezassete Estados-Membros - Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Espanha, França, Croácia, Hungria, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Letónia, Polónia, Portugal, Roménia e Eslováquia, com o apoio da Estónia - publicaram uma **declaração conjunta em defesa da manutenção de uma Política Agrícola Comum (PAC) forte e integrada após 2027**. O documento, divulgado a 30 de setembro, critica as propostas da Comissão Europeia relativas ao financiamento da PAC para o período 2028-2034 e recorda as conclusões do Conselho “*Agricultura*” de 9 de dezembro de 2024, que apelam a “*recursos financeiros direcionados e suficientes*” e à preservação do modelo de dois pilares. Os signatários alertam para o risco de “*fragmentação*” decorrente de diferentes propostas legislativas — incluindo os Planos de Parceria Nacionais e Regionais, o Regulamento de Desempenho, a organização comum de mercados e o programa “*Leite e Fruta nas Escolas*” —, defendendo coerência total entre estes textos e a negociação das medidas agrícolas pelos ministros da Agricultura da UE.

Os Estados subscritores sublinham a necessidade de um financiamento adequado e fiável da PAC, face ao aumento dos custos de produção, às tensões geopolíticas e aos objetivos ambientais. A declaração reafirma a importância de manter uma política agrícola comum robusta, como instrumento essencial para garantir a segurança alimentar e a competitividade do setor agrícola europeu. A declaração está disponível [aqui](#).¹

Por outro lado, o *Financial Times* deu nota esta semana ([aqui](#), para assinantes) de que a Alemanha e outros países contribuintes líquidos avisaram que não aumentarão as suas contribuições para o orçamento da UE se o PE rejeitar parte essencial da proposta orçamental apresentada pela Comissão, que visa tornar a despesa mais flexível ao agrupar subsídios agrícolas e fundos regionais no próximo orçamento plurianual 2028-2034, permitindo aos Estados maior margem para financiar prioridades como defesa e competitividade. Têm surgido, nos últimos dias, relatos de que alguns grupos políticos poderão apresentar uma proposta de resolução sobre esta matéria para a sessão plenária de outubro, com receios de haja cortes nos fundos destinados a regiões e agricultores. “*O que não aceitamos é a renacionalização do orçamento da UE e que cada Estado-Membro possa fazer o que quiser*”, afirmou Siegfried Mureşan (PPE), defendendo montantes previsíveis para as políticas agrícola e regional.

Para referência, a Comissão Europeia disponibiliza [aqui](#) uma **página completa dedicada ao QFP 2028-34**, com toda a informação detalhada e fichas técnicas sobre todas as áreas.

¹ Cortesia da Agence Europe.

4. COMISSÃO EUROPEIA - NOVA ESTRATÉGIA DE IGUALDADE LGBTIQ+ 2026-2030

A Comissão Europeia apresentou a sua **nova Estratégia para a Igualdade LGBTIQ+ 2026-2030**, que dá continuidade à anterior (2020-2025) e reforça o compromisso da União com a igualdade, a não discriminação e a liberdade individual. A Comissária Hadja Lahbib afirmou: *“A UE será sempre campeã da liberdade individual – a liberdade de ser quem somos e de amar quem quisermos. Esta nova estratégia é a prova de que a União permanece firme contra o ódio e a discriminação.”* A iniciativa visa consolidar a “*União da Igualdade*” e garantir que os direitos LGBTIQ+ são integrados em todas as políticas europeias (detalhe [aqui](#) e a estratégia [aqui](#)).

A estratégia estrutura-se em **três eixos**: *proteção contra a violência, igualdade de direitos e oportunidades, e envolvimento da sociedade*. Entre as medidas concretas, a Comissão propõe avaliar e combater as práticas de conversão, criar um centro de conhecimento sobre crimes de ódio online, adotar um plano de ação da UE contra o cyberbullying, e reforçar a aplicação da Diretiva sobre Igualdade no Emprego com um relatório previsto para 2026. Prevê também novas orientações para práticas de recrutamento inclusivas e a mobilização de até 3,6 mil milhões de euros no quadro do programa CERV+ (AgoraEU), para apoiar a igualdade, o combate à violência de género e a participação democrática.

A Comissão apelou a que todos os Estados-Membros adotem planos nacionais de igualdade LGBTIQ+, comprometendo-se a acompanhar a execução da estratégia e a realizar uma avaliação intercalar até 2028. A estratégia também reforça o Código de Conduta+, que regula o combate ao discurso de ódio online.

5. COMISSÃO EUROPEIA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EUROPA

A Comissão Europeia apresentou duas novas estratégias para impulsionar a adoção da Inteligência Artificial (IA) na indústria e na ciência europeias: a **estratégia “Aplicar a IA”** e a **“Estratégia para a IA na Ciência”**. O objetivo é reforçar a posição da Europa como líder mundial em IA de confiança, mobilizando cerca de mil milhões de euros para apoiar a integração da tecnologia em setores como a saúde, energia, mobilidade, defesa e indústria transformadora. A Presidente Ursula von der Leyen afirmou: *“Quero que o futuro da IA seja feito na Europa... Colocar a IA em primeiro lugar significa também colocar a segurança em primeiro lugar* (detalhe [aqui](#)).”

A estratégia “*Aplicar a IA*” promove a criação de centros avançados de rastreio em saúde, modelos de IA adaptados a setores industriais e uma rede renovada de Pólos Europeus de Inovação Digital, convertidos em Centros de Experiência em IA. Prevê ainda o lançamento da Apply AI Alliance, que reunirá indústria, academia e sociedade civil, e a criação de um Observatório da IA para acompanhar tendências e impactos. Já a Estratégia para a IA na Ciência estabelece o RAISE (Resource for AI Science in Europe) como instituto europeu virtual destinado a coordenar recursos e fomentar investigação científica baseada em IA.

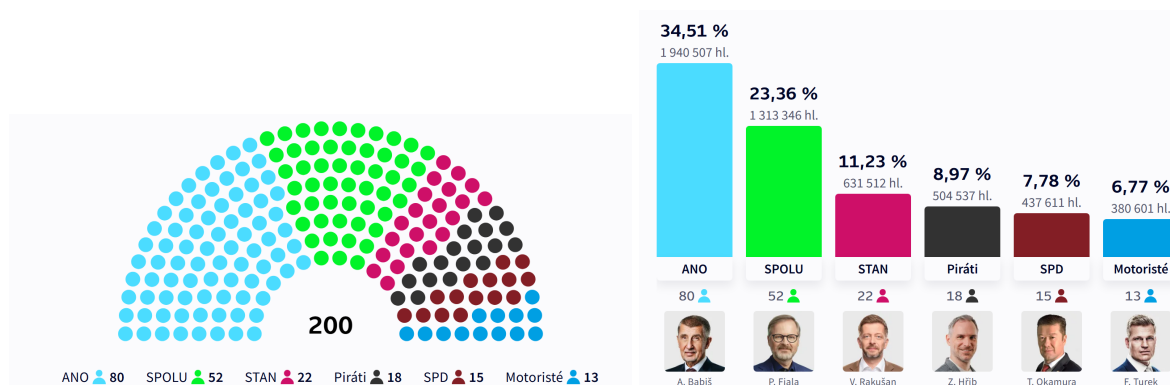
A Comissária Ekaterina Zaharieva declarou: *“Com a Estratégia para a IA na Ciência, a Europa está a dar um passo decisivo... A RAISE será o catalisador, congregando recursos, mobilizando investimentos e atraindo talentos.”* A Comissão apresentará até final de outubro uma nova Estratégia para a União dos Dados, e a Cimeira Europeia de IA na Ciência, em Copenhaga, lançará as primeiras iniciativas no âmbito deste plano.

6. ELEIÇÕES NA REPÚBLICA CHECA

As eleições parlamentares na República Checa realizaram-se nos dias 3 e 4 de outubro de 2025, com uma participação de 68,9 %, a terceira mais elevada da história do país. A Câmara dos Deputados tem 200 lugares.

O movimento ANO, liderado por Andrej Babiš, venceu com 34,5 % dos votos e 80 mandatos, reforçando a sua posição como principal força política. O novo Parlamento contará com 67 mulheres (em 200 Deputados), face às 50 eleitas em 2021.

Segundo a informação que pudemos obter, após as eleições, Andrej Babiš comunicou ao Presidente da República Petr Pavel o início das negociações com o SPD e o movimento Motoristé – AUTO, que juntos alcançam 108 mandatos, assegurando uma maioria absoluta. O ANO e o Motoristé – AUTO, ambos filiados ao grupo Patriots for Europe (PfE) no Parlamento Europeu, pretendem formar governo com o SPD, pertencente ao grupo ESN (Europa das Nações Soberanas). A coligação cessante de Petr Fiala (SPOLU, STAN e Piratas) não obteve maioria e reiterou a recusa de cooperação com o ANO ou o SPD, enquanto os Piratas excluíram qualquer entendimento com o Motoristé – AUTO. Assim, a única coligação viável no momento parece ser o ANO, o SPD e o Motoristé – AUTO, devendo a primeira sessão da nova Câmara ser convocada no início de novembro de 2025.



Filiação nos grupos políticos do Parlamento Europeu:

- ANO: *Patriots for Europe (PfE)*
- SPOLU (ODS, KDU-ČSL, TOP09): *ECR, PPE, PPE*
- STAN: *PPE*
- Piratas: *Verdes/ALE*
- SPD: *ESN*
- Motoristé – AUTO: *Patriots for Europe (PfE)*

7. PARLAMENTO EUROPEU - PRÉMIOS

Prémio Daphne Caruana Galizia para o jornalismo 2025

O júri do **Prémio Daphne Caruana Galizia para o Jornalismo** (detalhe [aqui](#)) anunciou os dez finalistas da edição de 2025, selecionados entre 316 candidaturas de jornalistas dos 27 Estados-Membros da UE. O vencedor será revelado a 21 de outubro de 2025, numa cerimónia no Parlamento Europeu em Estrasburgo, acompanhada por um seminário sobre liberdade de imprensa, com a participação de Roberto Saviano, Maria Pevchikh e Matthew Caruana Galizia. Os trabalhos finalistas podem ser consultados [aqui](#).

Criado em 2020, o prémio homenageia a jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia, assassinada em 2017, e distingue anualmente o jornalismo de investigação e a defesa da liberdade de imprensa. A distinção, no valor de 20 mil euros, é atribuída por um júri independente e simboliza o apoio do Parlamento Europeu à liberdade de imprensa. Entre os vencedores anteriores contam-se o “Projeto Pegasus” (2021), o documentário “A República Centro-Africana sob a influência da Rússia” (2022), a investigação sobre o naufrágio de Pylos (2023) e o projeto “Lost in Europe” (2024).

LUX Prémio do Público 2026

Foram anunciados em Estrasburgo os cinco filmes nomeados ao LUX Prémio do Público 2026, selecionados por um painel de profissionais de cinema dos 27 Estados-Membros da UE. Os filmes finalistas são:

- **Christy** – história de um jovem irlandês em busca de pertença e reconciliação familiar.
- **Surda** – retrato de uma mulher surda que enfrenta os desafios da maternidade num mundo que não a compreende.
- **It Was Just an Accident** – de Jafar Panahi, aborda a repressão política no Irão.
- **Love Me Tender** – adaptação de Anna Cazenave Cambet sobre uma mãe privada da guarda do filho por ser homossexual.
- **Sentimental Value** – de Joachim Trier, explora as relações entre um cineasta e as suas filhas.

As exhibições gratuitas decorrerão em toda a UE até abril de 2026, com legendas acessíveis. O público e os Deputados votarão, com peso igual de 50 %, e o vencedor será anunciado no Parlamento Europeu, em Bruxelas, em abril de 2026. O prémio, criado em 2020, é uma iniciativa conjunta do Parlamento Europeu, Academia Europeia de Cinema, Comissão Europeia e rede Europa Cinemas.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: de outubro - [Eurogrupo](#); 9 e 10 de outubro - [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades das [Comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [15 de outubro](#), destacando-se: o **Roteiro para a Prontidão Europeia em matéria de Defesa**; **Uma visão global com objetivos globais de diplomacia energética e climática antes da COP30**; **Pacto para o Mediterrâneo**.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 13 de outubro - [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Justiça](#); 13 e 14 de outubro - [Reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros; Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Assuntos Internos](#); 15 de outubro - [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#).

Lisboa | 10 de outubro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)